

Anderson Pereira Evangelista



Universidade Federal do Acre

andersonpereiraevangelista@gmail.com

Lúcia de Fátima Melo



Universidade Federal do Acre

lucia.educa@bol.com.br

Submetido em: 31/01/2023

Aceito em: 08/04/2023

Publicado em: 10/05/2023

 [10.28998/2175-6600.2023v15n37pe14987](https://doi.org/10.28998/2175-6600.2023v15n37pe14987)



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional

A LÓGICA EMPRESARIAL CHEGA À ESCOLA: ATUAÇÃO DE INSTITUTOS DO TERCEIRO SETOR NO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL DO ACRE

RESUMO

O texto analisa a atuação dos Institutos de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), Natura (IN) e Sonho Grande (ISG) por meio da parceria público-privada firmada com o Governo do estado do Acre para implementar o Programa de Ensino Médio em Tempo Integral.

Palavras-chave: Público-privado; Empresariado; Lei nº 13.415/2017.

BUSINESS LOGIC COMES TO SCHOOL: PERFORMANCE OF THIRD SECTOR INSTITUTES IN FULL-TIME HIGH SCHOOL IN ACRE

ABSTRACT

The text analyzes the performance of the Institutes of Co-responsibility for Education (ICE), Natura (IN) and Sonho Grande (ISG) through the public-private partnership signed with the Government of the state of Acre to implement the Full-Time High School Program.

Keywords: Public-private; Business class; Law nº 13.415/2017.

LA LÓGICA EMPRESARIAL ALCANZA LA ESCUELA: DESEMPEÑO DE INSTITUTOS DEL TERCER SECTOR EN LA ESCUELA SECUNDARIA DE TIEMPO COMPLETO EN ACRE

RESUMEN

El texto analiza el desempeño de los Institutos de Corresponsabilidad por la Educación (ICE), Natura (IN) y Sonho Grande (ISG) a través de la asociación público-privada firmada con el Gobierno del estado de Acre para implementar el programa de la escuela secundaria de tiempo completo.

Palabras Clave: Publico-privado; clase de negocios; Ley nº 13.415/2017.

1 INTRODUÇÃO

No contexto da reforma do ensino médio, a relação público-privada se apresenta de forma nuclear, quando diversas propostas de implementação pelos estados ocorrem com base neste modelo. Para Peroni e Caetano (2015, p. 338) “a relação entre o público e o privado na política educacional é parte constitutiva das mudanças sociais e econômicas; não é uma questão de determinação, mas de relação e processo”. Neste cenário, Estado e sociedade civil integram o movimento de correlação de forças, no qual atuam diferentes atores sociais advogando por divergentes projetos societários (PERONI e CAETANO, 2015).

A reforma do ensino médio balizada pela lei nº 13.415/2017 foi preliminarmente apresentada via Medida Provisória (MP) nº 746/2016, em ação unilateral do executivo nacional (SILVA e SCHEIBE, 2017; FERRETI e SILVA, 2017). No caput da referida MP estava anunciada a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, criada e regulamentada pela Portaria nº 1.145/2016 do Ministério da Educação (MEC), para induzir a ampliação progressiva da carga horária na última etapa da educação básica, como se prescreve na lei supracitada.

Na esfera Estadual, a referida política se configura como um desdobramento da reforma, sendo aderida por muitos estados que rapidamente se adequaram às exigências constantes na portaria mencionada. E vale ressaltar, que muitos estados iniciaram a implementação no ano letivo de 2017. Esta é a realidade do estado do Acre, *locus* empírico desta pesquisa que é parte integrante da dissertação intitulada “A política de educação em tempo integral no ensino médio do estado do Acre e a atuação de institutos ligados ao setor empresarial” defendida no ano de 2020, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (PPGE/UFAC).

O texto dissertativo supracitado, analisou o processo de regulamentação e implementação da política de educação em tempo integral, dando destaque para a atuação de institutos do terceiro setor. Cabe assinalar que a referida política vem sendo implementada na rede pública de ensino por meio do Programa de Educação Integral e as Escolas Jovens de Ensino Médio em Tempo Integral (Lei nº 3.366 de 27 de dezembro de 2017).

Desde o início do Programa, o governo do estado conta com as parcerias firmadas com institutos ligados ao setor empresarial, conferindo destaque para o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE, Instituto Natura – IN e o Instituto Sonho Grande – ISG. Fato este de grande relevância, ao qual se volta o interesse de analisar

como esta relação se processa na implementação da política. Destarte, o estudo se orienta pela seguinte questão de pesquisa: De que forma têm se dado a atuação de institutos ligados ao setor empresarial no processo de implementação da política de educação em tempo integral no ensino médio do estado do Acre?

Para se trazer resposta contextualizada e qualificada a questão, a priori se discute a inserção e influência do empresariado na definição de políticas educacionais verificadas no contexto atual. Na sequência, por meio dos documentos, sites institucionais e matérias jornalísticas caracteriza-se os institutos envolvidos no processo de implementação, evidenciando a fundação dos mesmos e seus atores, mantenedores, espectros de atuação, inserções na pauta educacional com recorte específico para o ensino médio. Ademais, recorre-se aos documentos, produzidos pelas organizações do terceiro setor que atuam no ensino médio em tempo integral do Acre, objetivando analisar seus fundamentos teórico-metodológicos.

A análise dos dados é realizada à luz da teoria correlata ao objeto, em uma perspectiva crítica analítica. Dentre os autores com os quais se estabelece diálogo destacam-se: Laval (2019); Ball (2014); Peroni e Oliveira (2019); Martins e Krawczyk (2018); Quadros e Krawczyk (2019); Quadros (2020), Ferreti e Silva (2017) entre outros.

2 AS ONGS LIGADAS AO SETOR EMPRESARIAL E A ESTRATÉGICA INFLUÊNCIA NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

De acordo com Laval (2019) na maioria dos países ocidentais a escola tem sido arrastada pelo viés neoliberal a um amplo processo de “mercadorização”, expresso pela complexa imbricação entre a esfera pública e privada. A ideia de que a escola pode assemelhar-se, quando não se tornar uma empresa, têm se naturalizado com a perda conceitual e objetiva do que deveria ser a instituição escolar. No caso brasileiro, Martins e Krawczyk (2018) avaliam que existe um movimento de reconfiguração do espaço público liderado pelo empresariado, que toma para si a condução de políticas educacionais.

Segundo as autoras, o empresariado tem se inserido cada vez mais nas discussões relacionadas à educação pública. A presença de representantes do setor é observada “[...] em diferentes instâncias de decisão político-educativa, que coletivamente e/ou individualmente, se entrelaçam com os quadros políticos, no Executivo nacional, estadual e municipal, como também no legislativo [...]” (p.06). E ao tomarem lugar

privilegiado nas arenas de disputa, buscam atuar na cogestão (MARTINS e KRAWCZYK, 2018).

Assim, avaliam que “a escola pública é um nicho de mercado importante, recriado e estimulado constantemente pelo setor privado” (p. 06), uma vez que este último atua por intermédio do mercado editorial, fornecendo o material didático para as escolas, em cursos de formação continuada para professores, e também via relação público-privada, em forma de parcerias e consultorias.

Nas discussões em torno da reforma do ensino médio, o empresariado utilizou-se dos estudos e pesquisas que reúnem as ditas evidências, comparações e constatações situacionais do ensino médio brasileiro para justificá-la. E o resultado dessa estratégica atuação, foi uma reformulação ao gosto do empresariado (QUADROS e KRAWCZYK, 2019) que ditou a formação que passaria a ser ofertada aos filhos da classe trabalhadora.

Todavia, os representantes da burguesia não se limitaram apenas ao campo de formulação da política. No bojo do Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) trazido pela reforma, muitos institutos têm atuado, coparticipando de processos de implementação da referida política nos estados, por meio de relação público-privada. E esse tipo de parceria entre a esfera pública e privada avaliam Peroni e Oliveira (2019, p. 54) se constitui em um “processo de privatização como política pública”. Dado que as ONGs do terceiro setor tomam para si a definição, e até mesmo a execução de determinadas políticas.

Na realidade do estado do Acre participaram ou participam – por intermédio das parcerias – do processo de implementação do Programa de Educação Integral e as Escolas Jovens, de ensino médio em tempo integral na rede pública do estado, o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE, o Instituto Sonho Grande – ISG e o Instituto Natura – IN, sobre os quais aqui se discute.

O Extrato do Acordo de Cooperação nº 001/2017 Educação – ICE foi publicado no Diário Oficial do Estado nº 12.118 de Quarta-feira, 16 de agosto de 2017, e assinado pelo então Secretário de Estado de Educação, Cultura e Esportes, Marco Antônio Brandão Lopes, pelo Presidente do ICE, Marcos Antônio Magalhães, pelo Diretor-Presidente do ISG na época, Igor Xavier Correia Lima e o Diretor-Presidente do IN, David Saad. E tinha como objeto “[...] o apoio técnico e jurídico para o desenvolvimento de um conjunto de ações que auxiliem o Estado na implementação do programa de ensino médio em tempo integral” (ACRE, 2017, p. 15). A justificativa apresentada tinha como objetivo a melhoria da oferta do ensino médio no referido ente federado.

O texto do Acordo relata ainda que os recursos técnicos e financeiros para a execução do programa seriam provenientes de dotação orçamentária prevista para a Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esportes (SEE/AC), oriunda do orçamento geral do estado. E que a relação público-privada firmada não implicaria em transferência de valores para os institutos em questão. Os gastos com as formações das equipes da SEE/AC, como passagens aéreas e hospedagens para os representantes das respectivas organizações, bem como, os materiais pedagógicos e tecnologias educacionais desenvolvidos pelo ICE especificamente, seriam financiados pelos institutos privados.

Dessa maneira, na relação que se estabelecia o ICE atuaria com as formações baseadas no modelo elaborado pela instituição, e que passaria a ser implementado nas Escolas Jovens. O IN e o ISG atuariam subsidiando financeiramente as ações do ICE. O acordo tinha a vigência de três anos, podendo ser prorrogado assim apresentada a necessidade. Cabe ainda destacar, que o Acordo foi assinado em 30 de janeiro de 2017. No entanto, só é tornado público via DOE (Diário Oficial do Estado) em agosto daquele ano. E a interesse do estudo, passaremos agora a caracterização dos institutos mencionados.

3 O ICE E O MODELO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO ESCOLA DA ESCOLHA

O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE criado em 2003 é segundo informação coletada no site da organização¹, uma entidade sem fins lucrativos, idealizada por um grupo de empresários. Ou seja, o ICE é uma organização do terceiro setor oriunda da sociedade civil. O terceiro setor ou terceira via é uma tecnologia do neoliberalismo desenvolvida para reagir a uma das muitas crises do capital (PERONI, OLIVEIRA e FERNANDES, 2009). Assim, o discurso que move o terceiro setor é o de que o Estado enquanto administrador dos direitos sociais se mostra ineficaz. E portanto, essa incumbência precisaria ser transferida às instituições que supostamente não efetuam ganhos financeiros exercendo a social democracia (PERONI e OLIVEIRA, 2019).

O instituto atribui sua fundação ao objetivo dos empresários envolvidos nesta que foi reconstruir o Ginásio Pernambucano, uma das mais antigas escolas secundárias do Brasil, pela a qual passou grandes expoentes da literatura brasileira como Clarice Lispector e Ariano Suassuna (ICE, 2019a). Para seus idealizadores, a causa era esta,

¹ Disponível em: <http://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/>. Acesso em: 25 de Mar. 2021.

recuperar todo o prestígio do colégio para que o mesmo voltasse a ser referência no ensino médio.

A história do ICE começa no ano 2000, e o principal idealizador e presidente é Marcos Antônio Magalhães, pernambucano, formado em Engenharia Elétrica e Eletrônica pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1965-1969)². Na época da criação, Marcos ocupava o cargo de Presidente da Philips Brasil – empresa de eletrodomésticos e eletroeletrônicos – função que assumiu em fevereiro de 1995, depois de toda uma trajetória de ascensão dentro da empresa holandesa, sendo o primeiro brasileiro a conduzir a multinacional³. É membro fundador do TPE, e membro do Conselho Internacional da *World Fund for Education*⁴, no Brasil a subsidiária dessa ONG global é a STEM-Brasil.

O presidente Marcos Magalhães quando jovem foi aluno do Ginásio Pernambucano como se destaca nos Cadernos do Escola da Escolha. E diante do estado de abandono observado no prédio da escola no início dos anos 2000 tomou a iniciativa de juntar um grupo de empresários e reformar as dependências da instituição (ICE, 2019a). Os representantes do segmento privado que compuseram a Associação dos Amigos do Ginásio Pernambucano estavam vinculados ao ABN AMRO Bank, CHESF, PHILIPS, entre outras.

Os “amigos com dinheiro”, para utilizarmos um termo empregado por Ball (2014), que financiaram a reestruturação da escola são, portanto, empresários e empresas que possuem um elevado capital financeiro. A ABN AMRO é uma instituição bancária privada, com sede em Amsterdã, capital da Holanda. De acordo com Minella (2007) o banco é uma das maiores instituições financeiras do mundo, assim como o Santander, HSBC e o Citibank. A Companhia Hidroelétrica São Francisco – CHESF é uma empresa de economia mista, que compartilha suas ações tanto pelo Estado, no caso a União, quanto pelo mercado. A produtora e comercializadora de energia elétrica e solar compõe a rede Eletrobrás do Governo Federal, e é responsável pela distribuição em toda a região Nordeste do Brasil, tendo sua sede em Recife/PE.

O modelo desenvolvido pelo instituto ancora-se de forma simétrica nas recomendações dos organismos internacionais, e em estudos situacionais, que se

² Informações coletadas na plataforma LinkedIn – rede social profissional (2020).

³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/22/dinheiro/16.html>. Acesso em: 10 de Ago. 2020.

⁴ O Fundo Mundial da Educação é uma ONG internacional fundada em 2002, e presidida pela Engenheira de Software norte-americana Judy Severson. A ONG sediada em Nova York, atua recrutando investidores para subsidiar projetos principalmente na África, mas também em outras partes do mundo, financiando alunos para que se desenvolvam por meio da educação.

constituíram a base empírica para formularem as ações. O Escola da Escolha, sobre o qual discutimos mais à frente, tem sido propagandeado como a política pública eficiente que deve ser adotada pelos estados, tendo em vista o foco nos resultados elevados de indicadores. De acordo com informações do site da ONG, a mesma conta com as parcerias estratégicas dos institutos Natura e Sonho Grande, instituições que também atuam no ensino médio em tempo integral do Acre.

Os parceiros técnicos do ICE são o Instituto de Qualidade do Ensino (IQE) – organização criada em 1994 que atua na forma de parcerias com governos dos estados, objetivando promover a melhoria de 3 disciplinas principais: Português, Matemática e Ciências. E a *World Fund for Education*, por intermédio do Instituto STEM Brasil, onde este concentra suas ações no desenvolvimento do campo das exatas, com destaque para a física, química e a robótica. O capital investido na organização para que suas ações tomem materialidade, é oriundo dos Institutos Natura, Sonho Grande, Trevo – Tecnologia Social⁵ e do Movimento Espírito Santo em Ação⁶. Além dessas ONGs ligadas ao setor empresarial, são investidoras as seguintes empresas:

Quadro 1 – Empresas que investem financeiramente no ICE

EMPRESA	PROPRIETÁRIOS/MAIORES ACIONISTAS	ATIVIDADE NO MERCADO
Itaú BBA	Famílias Setúbal, Bracher e Villela (ambas descendem diretamente da realeza brasileira)	Integra o setor financeiro do conglomerado Itaú-Unibanco; Maior banco de atacado da América Latina
Fiat/Chrysler	Exor – empresa italiana de capital aberto controlada pela família Agnelli	O conglomerado FCA (Fiat – Chrysler Automobiles) é a oitava maior montadora de automóveis do mundo
Jeep	Fiat Chrysler Automobiles (FCA)	Uma das marcas de automóveis mais caras e requisitadas
EMS	Carlos Sanchez (conhecido como o bilionário dos genéricos)	Líder do mercado farmacêutico no Brasil

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de informações coletadas nos sites das empresas e reportagens sobre as mesmas (2020).

É importante destacar que o Itaú BBA representado por Fernão Bracher, compunha em 2012 o Conselho de governança do Todos Pela Educação (TPE) como pontua Martins (2016). Milu Villela – uma das principais acionistas do conglomerado Itaú-Unibanco, e Antônio Jacinto Matias do Banco Itaú, também faziam parte do Conselho, e permanecem até o presente, como consultado no site do movimento. A empresa EMS além de financiar

⁵ Organização carioca sem fins lucrativos que atua nas áreas do esporte, educação e empreendedorismo social, incentivando talentos esportivos principalmente.

⁶ ONG capixaba idealizada por um coletivo de empresários, dispostos a incidir sobre a gestão pública daquele estado, justificando que o conhecimento adquirido no meio empresarial tornaria as políticas públicas sociais mais efetivas.

o ICE, investe também no Instituto Ayrton Senna (IAS), e em outras iniciativas que a empresa relata ser de corresponsabilidade social.

Neste caminho de caracterizar o ICE, vemos que a filantropia praticada pelas organizações do terceiro setor, se estabelece a partir de relações feitas com amigos que detêm o capital necessário. E isso ocorre em um contexto global denominado por Ball (2014) de redes políticas. Essas últimas, segundo o autor “são um tipo de “social” novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxos e de movimentos” (p. 29). As Redes de Governança compartilham das mesmas ideias para solucionar problemas sociais objetivamente disseminando o neoliberalismo.

No caso do ICE, se nota a partir de suas relações, que este é mais um instituto associado ao objetivo maior do capitalismo. Em âmbito nacional mantém ligação com o TPE. O TPE já é parceiro do Instituto Liberdade Brasil, ligado a *Atlas Economic Research Foundation* (Fundação Atlas de Pesquisa Econômica) que tem sede na Virgínia (Estados Unidos), concentrando suas ações na promoção do livre mercado, e na alteração do modo de governar grandes nações (BALL, 2014). Em outra esteira, o ICE está associado a *World Fund for Education*, que também atua em dimensão global.

Os influentes parceiros e investidores do ICE possibilitaram que durante os anos subsequentes à sua efetiva criação datada de 2003, o mesmo crescesse e tornasse suas ações mais difundidas. No ano de 2019, o ICE atuava em 19 estados e no Distrito Federal por meio de parcerias com governos estaduais e municipais. O ensino médio é a etapa da educação básica de maior inserção, com predomínio em quase todos os estados em que têm atuado, exceto Rio de Janeiro e Ceará (ICE, 2019a).

No Acre, atuou na implementação do Modelo Escola da Escolha nas Escolas Jovens de ensino médio em tempo integral. A parceria firmada em 2017 com o governo do Estado abriu caminho para que o instituto passasse a determinar a organização do tempo/espaço, as metodologias e a gestão da modalidade. O modelo pedagógico e de gestão formulado pelo ICE, encontra sua base teórico-metodológica nas prescrições que vislumbram em grande medida a “neoliberalização da educação” (BALL, 2014).

Segundo o autor “a disseminação e a aceitação de práticas neoliberais repousam sobre uma grande quantidade de trabalho político e ideológico que é altamente organizado e bem financiado” (p. 48). A análise crítica dos cadernos, aqui tratados como documentos, do modelo Escola da Escolha, evidenciam a partir da sua fundamentação o fato de o ICE se constituir um agente da disseminação anunciada por Ball (2014), como veremos nos destaques de alguns pontos.

No caderno formação 04, que trata especificamente sobre a concepção do modelo, o ICE esboça o marco conceitual e filosófico, no qual uma das bases é o ideário de Educação da UNESCO expresso no relatório “Educação: um tesouro a descobrir”, datado de 1996, e produzido pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, liderada por Jacques Delors. O instituto pontua que o referido documento estabeleceu enquanto concepção e prática para a educação do século que estamos, a aprendizagem ao longo da vida, compreendida como um processo sempre contínuo.

Laval (2019, p. 69) nos explica que “no cruzamento da economia com a educação, [...], palavras de entendimento, convivência e passagem de uma esfera para outra permitiram uma concepção homogênea dos campos da economia e do ensino”. E o autor apresenta como exemplificação, a propalada noção de aprendizagem ao longo da vida, que se liga diretamente “às noções de *eficiência, desempenho e competência* que transferem a lógica econômica para a lógica escolar” (p. 69, grifos do original). E isso objetiva uma prática voltada ao conhecimento utilitarista. Dito de outra maneira, a formação precisa estar centrada na produção de capital humano para o mercado.

Outro ponto de destaque nos cadernos do modelo estudado, é a ênfase conferida ao protagonismo juvenil, que esteve bem presente no discurso do empresariado no âmbito da reforma do ensino médio como pontua Quadros (2020). Conforme o autor, o protagonismo traduz o jovem como autor de seu capital humano. Isso porque o conceito é enquadrado no currículo de forma impositiva, propugnando que o jovem faça escolhas e possa assumir a responsabilidade de sua formação.

E o ICE defende de forma explícita a prática do que denomina *accountability* pessoal, afirmando que “há muitas razões para que os estudantes do século XXI aprendam e aprimorem a capacidade de ser *accountable*” (ICE, 2019b, p. 57). E justifica que assim os jovens tomam ciência da responsabilidade que precisam assumir em suas formações para que isso repercuta positivamente no ambiente de trabalho. A padronização de jovens dotados de uma consciência servil, flexível e adaptável está prescrita.

Além disso, a prática da responsabilização se insere no contexto da reforma empresarial em um quadro de destruição daquilo que é público, de forma a deslocar para a esfera privada a gestão da educação (FREITAS, 2018). Na ambiência do Modelo Escola da Escolha, o mecanismo passa a ser defendido como exercício individual, feito pelos jovens. Ou seja, as subjetividades vão sendo moldadas e privatizadas, ao *modus operandi* do capital.

4 OS INSTITUTOS NATURA E SONHO GRANDE E O INTERESSE NO ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL

O Instituto Natura – IN com sede na cidade de São Paulo, é uma organização da sociedade civil vinculada à multinacional brasileira de cosméticos Natura. Quem ocupa o cargo de Diretor-presidente desde 2015, é David Saad, Engenheiro de Produção formado na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP, tendo formação MBA (*Master of Business Administration*) em Gestão Executiva pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). O mesmo já atuou na Fundação Victor Civita e no Hospital Israelita Albert Einstein⁷.

De imediato se percebe que assim como Marcos Magalhães que preside o ICE, David Saad não possui formação alguma na área de educação. No entanto, traz o olhar técnico de gestor de negócios para a causa educacional. Essa metodologia por meio da qual quadros profissionais que nunca estiveram inseridos na prática docente, ou no próprio ambiente escolar enquanto servidores, passam a pensar e administrar as políticas educacionais em detrimento daqueles que nesta área fazem suas carreiras, têm se naturalizado e se firmado como a mais eficiente, na perspectiva neoliberal.

Conforme informações do site⁸, o propósito da instituição é tornar a educação democratizada, de forma que todos tenham acesso. O Conselho de Governança do instituto é formado pelo bilionário e fundador da Natura, Antônio Luiz da Cunha Seabra, Denis Mizne – Diretor Executivo da Fundação Lemann, Guilherme Peirão Leal – empresário brasileiro – responde por 25% das ações da Natura, João Paulo Ferreira – Presidente do Conselho de Administração da Natura, Pedro Luiz Barreiros Passos – Vice-presidente do Conselho de Administração da Natura e Ricardo Henriques – Superintendente Executivo do Instituto Unibanco.

Ball (2014) já nos dizia desse tipo de rede política que na esteira da disseminação do neoliberalismo se ramifica e se conecta a diferentes atores e instituições. O IN assim como outras organizações do terceiro setor se fortalece por meio da parceria com iguais, pelo capital que detém, e que se torna fator definidor de sua inserção e influência. Não por acaso, conta com uma extensa lista de parceiros como: as Fundações Roberto Marinho – Grupo Globo, Lemann, Itaú Social, os Institutos Unibanco, Votorantim, Ayrton

⁷ Disponível em: <http://umbrasil.com/entrevistados/david-saad/>. Acesso: 15 de Set. 2020.

⁸ Disponível em: <https://www.institutonatura.org/o-instituto/>. Acesso em: 15 de Set. 2020.

Senna, o Movimento TPE, que são entidades diretamente ligadas ao empresariado e setor financeiro.

Ainda com base nas informações coligidas no site do IN, o mesmo atua em 20 estados brasileiros, principalmente na alfabetização e ensino médio. Mas o enfoque é na modalidade de ensino médio em tempo integral, alegando preocupação com os dados relativos a evasão, abandono e reprovação na etapa.

Na ambiência do estado do Acre, o IN é parceiro estratégico do ICE, na implementação da política de educação em tempo integral no ensino médio. Como já descrito, a atuação do IN inicialmente consistiu em fornecer os recursos financeiros para que o ICE promovesse as formações com a equipe da SEE/AC que estaria responsável pela condução do programa por parte do estado. Hoje, o papel desenvolvido pela organização é acompanhar de perto a implementação e expansão da política de ensino médio em tempo integral no estado, por meio da realização de “pesquisas” nos contextos de prática, como se destaca no próprio site do IN.

E por fim, passamos a conhecer, o Instituto Sonho Grande –ISG que também é investidor e parceiro estratégico do ICE participando do processo de implementação da política em análise. No seu site⁹, o instituto se denomina “uma organização sem fins lucrativos que trabalha em colaboração com estados e terceiro setor para a melhoria da qualidade do ensino das redes públicas”. Desde 2015 quando foi criada, concentra suas atividades na expansão do ensino médio em tempo integral, acompanhando e avaliando resultados como se informa.

A entidade sediada em São Paulo, foi criada por Marcel Herrmann Teles, um dos donos da AMBEV – empresa brasileira do ramo de cervejaria e outras bebidas. Por meio da leitura de algumas reportagens de revistas que tematizam o campo econômico, foi possível verificar que Sonho Grande é o nome de um livro lançado em 2013 que narra a história dos três empresários donos da AMBEV. Marcel Telles em suas entrevistas enfatiza o princípio da meritocracia como basilar para se conquistar o sucesso, e que um “sonho grande” deve fazer parte da vida de jovens empreendedores. Diante das realidades, discursar pela meritocracia é um tanto delicado, pois muitas das vezes o que falta é oportunidade, acesso e as condições para realizar o sonho que é mais do que grande.

Diferente de Marcos Magalhães que idealizou e preside o ICE, Marcel Telles escolheu o empresário do ramo educacional Igor Xavier Correia Lima para ocupar a

⁹ Disponível em: <https://www.sonhogrande.org/l/pt>. Acesso em: 16 de Set. 2020.

cadeira de Diretor-presidente do ISG. Com uma formação voltada à administração de empresas, ele já ocupou o cargo de Vice-presidente da Kroton, a maior empresa educacional do mundo em número de alunos. Igor Xavier esteve de 2015 a 2020, presidindo a instituição do terceiro setor.

A atual CEO (*Chief Executive Officer*) do ISG, é a engenheira de produção mecânica Ana Paula Pereira. Sua formação acadêmica assim como a do primeiro diretor-presidente concentra-se na área de administração empresarial, e os postos nos quais já atuou anteriormente comprovam essa inserção no mercado de trabalho¹⁰.

A visão empresarial trazida por Igor Lima e Ana Paula Pereira, instituiu que a missão do ISG é “escalar projetos com evidência de alto impacto na educação básica brasileira”, como está informado no site da organização. O trabalho desempenhado consiste em percorrer o caminho da escalabilidade, termo que advém do mundo dos negócios e designa o aumento da produtividade e resultados, com o menor custo possível. Atuando em conjunto com o ICE e o IN em diferentes contextos estaduais onde têm ocorrido a implementação do ensino médio em tempo integral, o ISG realiza pesquisas e estudos de modo a produzir evidências que justifiquem a eficácia da modalidade.

Segundo Quadros (2020) a produção das evidências sintetiza um processo no qual a ciência está a serviço do mercado. O autor destaca que essa metodologia amplamente explorada pelo empresariado brasileiro nos documentos que formulam, tem origem nas ciências naturais, e busca “impor uma legitimidade inquestionável dos resultados” (p. 120). E acrescenta que “na sua aplicação no campo da educação, principalmente ao avaliar impactos de intervenções (políticas) governamentais, as pesquisas realizadas são embasadas em premissas estabelecidas pelos atores que as produzem” (p. 121). Dito de outra maneira, os empresários decidem os parâmetros de qualidade que esperam.

5 CONSIDERAÇÕES AO FINAL DA PESQUISA QUE NÃO SE ESGOTA

Com o percurso feito até aqui, podemos tecer algumas inferências que apontam para o processo de privatização que têm se instalado na escola pública, em um movimento que é verticalizado, e notadamente dirigido pelo empresariado. Na especificidade do objeto problematizado depreendeu-se que o ICE objetiva conformar

¹⁰ Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/anapaulapereira> . Acesso em: 16 de Set. 2022.

uma juventude pautada nos valores que o instituto defende, ao lançar mão do empreendedorismo, eficiência, adaptabilidade e do desempenho que seja verificável. E para maximizar seu intenso trabalho de disseminação do neoliberalismo intrínseco ao método esboçado, o ICE conta com o investimento de grandes empresas que detêm um elevado capital financeiro.

No plano das parcerias estratégicas conta com o IN e o ISG, organizações também do terceiro setor, idealizadas por empresários. Tais institutos corroboram e compartilham sistematicamente dos ideais de educação e ensino médio que se inscrevem no modelo Escola da Escolha. E a atuação destes consiste em realizar pesquisas e estudos que atestem a eficiência do modelo que se materializa em tempo integral. A prática da produção de evidências, como podemos concluir ocorre de forma muito clara no contexto que se analisou.

Entretanto, face ao detido empenho do empresariado em tornar a escola pública um tipo de empresa, destacamos a resistência produzida por pesquisadores do campo educacional que a muito tempo, denunciam o assédio do empresariado brasileiro à educação, de maneira específica no ensino médio. Freitas (2018) enfatiza o compromisso ético para com a educação que devemos ter. Laval (2019) sugere atuarmos sobre as contradições de uma metodologia que busca assemelhar a escola à uma empresa.

E por fim, os educadores que se dedicam de forma focalizada à pesquisa sobre o ensino médio, seus sujeitos, seus processos, imbuídos de uma consciência de classe tão necessária em nosso tempo, defendem um ensino médio integrado, público, gratuito e de qualidade, que torne o direito à educação uma realidade.

REFERÊNCIAS

ACRE. **Diário Oficial do Estado do Acre (DOE) nº 12.118 de Quarta-Feira, 16 de agosto de 2017**. Rio Branco, AC, ago. 2017.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução de Janete Bridon. – Ponta Grossa: UEPG, 2014.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Revista Educação e Sociedade**, v. 38 n .139, p. 385-404,2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

ICE - Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Caderno Modelo Pedagógico – Eixos Formativos**, 2. Ed. Recife: ICE, 2019.

ICE - Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Caderno Memória e Concepção – Concepção do Modelo Escola da Escolha**, 2. Ed. Recife: ICE, 2019.

ICE - Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Caderno Modelo Pedagógico – Princípios Educativos**, 2. Ed. Recife: ICE, 2019.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público**; Tradução de Mariana Echalar. -1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela Educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

MARTINS, Érika Moreira; KRAWCZYK, Nora Rut. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento 'Todos Pela Educação'. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 31, n. 1, p. 4-20, 2018.

MINELLA, Ary Cesar. Maiores bancos privados no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico. **Sociologias**, n. 18, p. 100-125, 2007.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação- Projetos em disputa? **Retratos da Escola**, v. 9, n. 17, 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra de. O marco regulatório e as parcerias público-privadas no contexto educacional. **Revista Práxis Educacional**, v. 15, n. 31, p. 38-57, 2019.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 108, p. 761-778, 2009.

QUADROS, Sérgio Feldmann de. **A influência do empresariado na reforma do ensino médio**. 2020. 160p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2020.

QUADROS, Sérgio Feldmann de. KRAWCZYK, Nora. O ensino médio brasileiro ao gosto do empresariado. **Políticas Educativas–PoEd**, v. 12, n. 2, p. 36-47, 2019.

SILVA, Monica Ribeiro da; SCHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 19-31, 2017.